



## Interpeleção Escrita

A tecnologia informática tem-se desenvolvido num ritmo bastante rápido, portanto, verifica-se a tendência de os serviços da Administração Pública caminharem para a informatização. Após o Retorno à Pátria, o Governo da RAEM definiu e promoveu vários projectos e políticas relativos ao Governo Electrónico, só que, passados vários anos, os trabalhos estão ainda na fase liminar, o ponto de situação destes trabalhos, nos diversos serviços públicos, não é idêntico, a maioria está parada no nível de divulgação de informações e apenas poucos departamentos, ao longo da sua actuação, têm prestado serviços que simplificam a vida à população. Mesmo que esta recorra aos serviços “one-stop”, promovidos pelo Governo, estes não podem tratar de problemas interdepartamentais. Ademais, a plataforma e o sistema para os assuntos do Governo Electrónico de cada serviço administrativo é independente, não havendo então reciprocidade e troca de informações interserviços. Citando como exemplo os Quiosques Multifunções, os quiosques de diferentes departamentos só podem prestar um único serviço. O desenvolvimento dos assuntos do Governo Electrónico da RAEM é lento, não consegue elevar a eficiência da administração pública, simplificar a estrutura do Governo e reduzir os custos administrativos, já para não falar da promoção da participação pública com o recurso à informatização, através da tecnologia.

A Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública dispõe do Departamento dos Assuntos do Governo Electrónico, como subunidade orgânica, responsável por estudar, propor e promover as estratégias de

IE-2014-08-22 Ho Ion Sang (P) CT-MMC (1)



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

desenvolvimento do Governo Electrónico, tendo em conta as políticas de reforma da Administração Pública da RAEM<sup>1</sup>, e este Departamento compreende a Divisão do Planeamento e Infra-estruturas do Governo Electrónico e a Divisão da Aplicação de Informação e Desenvolvimento do Governo Electrónico, mas é apenas uma entidade responsável pela edição dos respectivos assuntos, sem qualquer força vinculativa em relação à execução dos assuntos do governo electrónico de outros serviços, e é por isso que as pessoas duvidam da possibilidade de se garantir a eficácia dos assuntos do governo electrónico. Sem qualquer departamento exclusivamente responsável pela coordenação, não será um impedimento para a construção do governo electrónico, se cada um dos serviços públicos desenvolver separadamente estas tarefas?

Sendo assim, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. As autoridades vão criar um departamento para os serviços públicos, que seja exclusivamente responsável pela coordenação e promoção dos assuntos do governo electrónico e desenvolvimento dos mesmos, bem como definir projectos e critérios uniformizados, a fim de evitar a falta de coordenação interserviços e problemas como a existência de dados e critérios diferentes? Existe pessoal suficiente para tratar dos assuntos do governo electrónico e optimizá-los, a fim de se coadunar com as futuras necessidades de desenvolvimento?
2. Quanto à criação e desenvolvimento dos assuntos do governo electrónico, dispõe o Governo de mecanismos de avaliação e de

<sup>1</sup> Artigo 25.º do Regulamento Administrativo n.º 24/2011.  
IE-2014-08-22 Ho Ion Sang (P) CT-MMC (1)



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

- fiscalização, a fim de garantir que estas tarefas produzem os resultados desejados?
3. Neste momento, a população tem pouco conhecimento sobre os serviços do governo electrónico. Dispõem as autoridades de medidas para elevar o conhecimento da população em relação aos assuntos do governo electrónico? Como é que os diversos sectores vão sensibilizar a população e promover a utilização dos respectivos serviços electrónicos?

---

22 de Agosto de 2014.

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM**

**Ho Ion Sang**